

INTERFASE ENTRE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA E O USO DE DROGAS: PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICO SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA QUE FAZEM O USO DE DROGAS LÍCITAS OU ILÍCITAS NO BRASIL.

Tatiane Macedo Carvalho
Graduanda em pedagogia - Universidade do Estado da Bahia
tatiane74mc@gmail.com

Eixo VII

Resumo

A luta pela inclusão de pessoas com deficiência vem ganhando cada vez mais espaço em todo território brasileiro e no mundo. Essa luta aparece em todos os campos: educacional, profissional e social. Assim, a pessoa com deficiência apresenta-se em um grupo social que cresce a cada dia e a sua escolarização se constitui como um processo obrigatório na política pública nacional. Este artigo é o resultado de uma pesquisa de iniciação científica ocorrida entre 2020/21, e vem apresentar o resultado das buscas realizadas na BDTD, sobre os trabalhos apresentados nos últimos vinte anos com relação ao uso de drogas, lícitas ou não, por pessoas com deficiência no Brasil.

Palavras chave: Pessoas com deficiência. Drogas Lícitas e Ilícitas. Pessoas Cegas e o uso de Drogas.

Introdução

O uso de drogas no Brasil vem tornando-se a cada dia um problema de saúde nacional, e a implementação de políticas públicas frente ao combate ao consumo/vendas de drogas tornam-se necessárias para a proteção da sociedade, mas a falta dessas políticas públicas acaba tornando-se um agravo ao consumo de pessoas cada vez mais vulneráveis. Onde a cada dia, pessoas de todas as idades acabam experimentando e tornando-se dependentes químicas, seja essa experimentação por causa do meio em que vivem, por curiosidade, ou até mesmo por problemas pessoais, onde o consumo das drogas, lícitas ou não, acabam sendo meio que um pano de fundo para o que estão passando.

No caso das pessoas com deficiência, essa proximidade acaba acontecendo muitas vezes para se sentirem aceitos no grupo ou no meio em que estão inseridos. Com isso o uso de drogas por pessoas com deficiência pode acabar sendo como um impedimento para a sua total inserção na sociedade.

Em nosso cotidiano, não pensamos as pessoas com deficiência, como pessoas iguais a quaisquer outras com desejos, sofrimentos e curiosidades com tudo a nossa volta. E sua luta diária de ser e estar no mundo e ser “visto” por todos, ainda pode ser vista como recente.

É um fenômeno recente entender a deficiência como um estilo de vida particular. Mas diferentemente de outros modos de vida, a deficiência reclama seu “direito de estar no mundo”. E o maior desafio para a concretização desse direito, é o fato de que se conheça pouco sobre deficiência. (DINIZ, p.76, 2007).

O artigo 1º da Lei Brasileira de Inclusão (2015), afirma que ela é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”, onde o movimento de inclusão amplia a participação de todos os estudantes no sistema de ensino regular e a pessoa com deficiência, entendida na LBI como aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, também possui direito à escola regular, entretanto o surgimento de uma ou mais barreiras pode acabar sendo um empecilho para esse sujeito.

Uma dessas barreiras pode ser o uso de drogas, que pode vir a impedir sua participação plena e efetiva na sociedade em equidade de condições com as demais pessoas. E com isso, a proximidade com os mais diversos tipos de drogas lícitas ou não, pode constituir como um impedimento para a inclusão desse sujeito.

No capítulo 4 da Lei Brasileira de Inclusão, assegura que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

De acordo com a Lei, entende-se que não apenas o Estado, mas todos devem estar envoltos na proteção das pessoas com deficiência, sejam esses sujeitos parte ou não da família. Eles, como nós, fazem parte da sociedade.

Esta pesquisa surgiu com o intuito de investigar estudantes da EJA com deficiência e que fazem o uso de drogas lícitas ou ilícitas, e de acompanhar o que se está sendo pesquisado (e se estava sendo pesquisado) a respeito do tema no Brasil.

Para Ferreira, a inclusão escolar das pessoas com deficiência não está ocorrendo de forma significativas:

[...] o movimento pela inclusão de pessoas com deficiência, nas escolas regulares, está longe de ter provocado mudanças significativas no cenário brasileiro, porquanto a cultura da segregação desses estudantes ainda predomina no território nacional, e os estudos na área produzem pouco impacto na política e, consequentemente, na realidade escolar.
(FERREIRA, 2015)

Apesar de todas as mudanças que vem ocorrendo no decorrer dos anos, as pessoas com deficiência continuam, infelizmente, sendo segregadas em nossa sociedade. Seja na escola, no trabalho ou no meio em que vivem, e com a sua aproximação das drogas isso poderá ocorrer com mais frequência. Na EJA muitos para serem aceitos, assim como acontece com as pessoas sem deficiência, o uso começa a partir do movimento de aceitação no grupo.

Com este artigo, buscou-se obter informações precisas sobre o envolvimento desses sujeitos com drogas, não apenas por ser uma questão no âmbito social, mas também e principalmente devido à vulnerabilidade desse sujeito.

O III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas da População Brasileira, onde a FIOCRUZ, realizou uma pesquisa a nível nacional sobre a população que faz uso de drogas no país, sejam essas drogas lícitas ou ilícitas, que teve seus dados apresentados no ano de 2017, onde apresenta que:

Por essas razões, as nações precisam não apenas gerar dados empíricos que subsidiem os organismos internacionais, como também subsidiar

suas políticas nacionais e subnacionais. Embora não existam no mundo real traduções ipsis litteris de achados empíricos em políticas públicas, uma vez que a formulação e implementação de quaisquer políticas públicas têm de lidar com questões de ordem política, orçamentária etc., políticas públicas que, em alguma medida, levam em conta os achados empíricos obtidos a partir de estudos científicos sistemáticos, são denominadas “Políticas baseadas em evidências. (FIOCRUZ, 2017, p. 13)

De acordo com o Censo de 2010, havia no Brasil quase 46 milhões de pessoas que declararam possuir algum tipo de deficiência, onde a pesquisa “se baseou na percepção do indivíduo sobre sua dificuldade em enxergar, ouvir ou se locomover, e na existência da deficiência mental ou intelectual”. Atualmente esses dados são, possivelmente, muito maiores do que no ano de 2010, ano do último censo ocorrido no Brasil.

Objetivo geral

Analizar as contribuições das produções acadêmicas de universidades públicas brasileiras nos últimos 20 anos sobre o uso de drogas, lícitas ou não, utilizadas por pessoas com deficiência e seu impacto na inclusão desses sujeitos.

Objetivos específicos

Discutir sobre drogas lícitas e ilícitas entre jovens e adultos com deficiência.

Avaliar o uso de drogas por estudantes da EJA que possuem alguma deficiência e suas implicações na inclusão desses sujeitos.

Metodologia

A fase inicial do projeto de pesquisa se constituiu em uma revisão no banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, dos últimos vinte anos. Acreditamos que o objeto da pesquisa, irá contribuir para a discussão que vem acontecendo no Brasil em relação ao aumento do número de pessoas com deficiência na EJA que fazem uso de drogas, tanto lícitas como ilícitas.

Essa é uma pesquisa bibliográfica, onde de acordo com Lima e Mioto, (2007), na pesquisa bibliográfica o investigador é conduzido a fazer uma sistematização dos procedimentos do trabalho.

Este tipo metodológico de pesquisa recebe outras denominações, como por exemplo “Estado da Arte” que, segundo Romanowski e Ens (2006), se caracteriza por não partir apenas do estudo de resumos de teses e dissertações, mas também de estudos do que estão sendo produzidos em congressos e dos que são publicados em periódicos. E o “Estado do conhecimento” seria o estudo bibliográfico de apenas uma categoria das publicações acerca da temática investigada.

Como a presente pesquisa se trata de uma análise voltada apenas para trabalhos realizados em cursos Stricto Sensu, e em apenas uma classe de produção destas pesquisas, ratificamos ser um estado do conhecimento.

Resultados

Após fazer a pesquisa nos dados da BDTD foram encontrados 108 documentos, sendo eles 3 monografias, 78 Teses e 27 Dissertações em universidades no Brasil conforme o gráfico abaixo:



Gráfico feito a partir dos dados encontrados na BDTD, 2021.

A partir dos descritores utilizados sobre pessoas com deficiência, percebeu-se que os documentos relacionados com pessoas com deficiência que surgiram com a pesquisa, estavam direcionados a alguma deficiência de vitaminas relacionadas, ou não, com o consumo de drogas. E a partir de um novo refinamento, chegou-se aos sete documentos relacionados desta pesquisa que mais se assemelhavam aos critérios da investigação, conforme o quadro abaixo:

Universidade	Ano	Tipo (M/ D/T)	Autor	Título
Universidade Federal do Ceará	2007	M	Kariane Gomes Cezário	O comportamento do cego diante das drogas: uma questão de saúde.
Universidade Federal do Ceará	2007	M	Monaliza Ribeiro Mariano	O comportamento da cega diante das drogas: uma questão de saúde.
Universidade Federal do Ceará	2009	D	Kariane Gomes Cezário	Avaliação de tecnologia assistiva para cegos: enfoque na prevenção ao uso de drogas psicoativas.
Universidade Federal do Ceará	2010	D	Monaliza Ribeiro Mariano	Desenvolvimento e avaliação de jogo educativo para cegos: acesso à informação sobre o uso de drogas psicoativas.
Universidade Federal do Ceará	2014	T	Fernanda Jorge Guimarães	Validação de tecnologia assistiva sobre substâncias psicoativas para pessoas com deficiência visual.
Universidade Federal do Ceará	2016	M	Jordano de Araújo Almeida	A internação compulsória do dependente frente à alteração promovida pelo estatuto da pessoa com deficiência.
Universidade Federal do Ceará	2014	T	Monaliza Ribeiro Mariano	Validação de jogo educativo tátil para deficientes visuais sobre drogas psicoativas.

Quadro feito a partir dos dados encontrados na BDTD, 2021.

Dos cento e oito documentos encontrados, seis apresentam resultados de trabalhos (jogos desenvolvidos) voltados para a prevenção do uso de drogas das pessoas com deficiência e um desses trabalhos apresenta dados sobre o direito das pessoas com deficiência que fazem uso de drogas frente a internação compulsória.

Tivemos a oportunidade de entrar em contato com duas autoras destes trabalhos, e com isso foi organizado dois bate-papos online as pesquisadoras, as professoras Monaliza Grimaldi e Fernanda Guimarães, onde as mesmas puderam apresentar seus trabalhos, falar como chegaram aos resultados e o que as motivaram a pesquisar sobre o tema.

Com relação aos cursos que mais pesquisaram sobre o tema de deficiência se destacam os referidos abaixo:

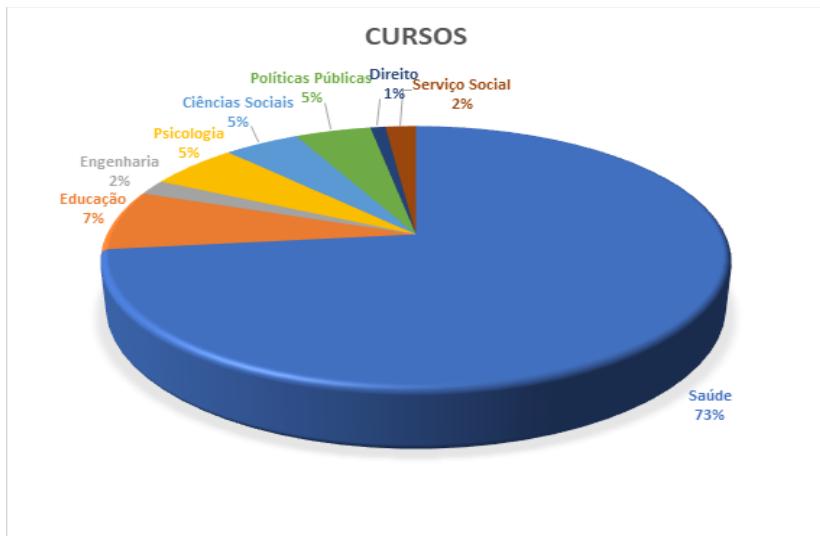


Gráfico feito a partir dos dados encontrados na BDTD, 2021.

Foi observado que não há pesquisas na área da educação que abordam sobre o tema pesquisado, e as pesquisas relacionadas que foram usadas para a finalização da pesquisa apresentam informações sobre a prevenção do uso de drogas por pessoas cegas, onde o maior destaque se dá nas pesquisas na área da saúde.

O III Levantamento Nacional sobre o Uso Drogas pela População Brasileira realizado pela Fiocruz (2017) onde afirma “que a geração de informações empíricas consistentes é essencial para a formulação de políticas públicas”, apresentam dados da pesquisa que aconteceu no Brasil e foram entrevistadas pessoas de 12 a 65 anos, onde um dos resultados apresentam o quantitativo de pessoas no país que fazem uso de drogas lícitas ou não, inclusive específica quais pessoas com deficiência não participaram da pesquisa:

Não farão parte da população alvo “populações indígenas que vivem em aldeias, estrangeiros residentes no Brasil, brasileiros que não falam a língua portuguesa, pessoas com deficiência intelectual, pessoa portadora de condição que a incapacite de responder ao questionário e a população carcerária”. (FIOCRUZ 2017, p. 25)

Considerações finais

Com os dados da pesquisa na BDTD não foi possível encontrar informações mais concretas sobre o tema pesquisado, devido ao fato de que os descritores usados, trazem muitas vezes informações sobre deficiência de vitaminas, e não sobre deficiência físicas/sensorial, que têm relação ou não ao consumo de drogas.

Assim como os dados do III LNUD que também não mostram esses dados de forma clara com relação às pessoas com deficiência, pois os mesmos não especificam o tipo de deficiência alcançada pela pesquisa nem o quantitativo de pessoas com deficiência, constam apenas os dados de que pessoas com deficiência intelectual grave não fizeram parte da pesquisa.

É sabido que é preciso que as políticas públicas não só garantam o acesso das pessoas com deficiência nas escolas, mas que este acesso seja com toda a segurança garantindo assim a integridade desses sujeitos.

E como a falta de informações sobre essa problemática pode prejudicar o desenvolvimento do sujeito durante sua escolarização, e fazer com que o processo de socialização/inclusão possa ser prejudicado, e com isso espera-se que esta pesquisa de alguma forma irá contribuir para a discussão que vem acontecendo no Brasil em relação ao consumo de drogas, e de pessoas com deficiência na EJA que fazem uso de drogas, tanto lícitas como ilícitas.

Com o resultado da pesquisa foi possível perceber a real necessidade de se aprofundar mais sobre o tema, devido à falta de informações encontradas sobre o tema.

Referências

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leônicio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. (Org.). III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017. 528 p. Disponível em <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>>. Acesso: 16 de fev. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

_____ Decreto N 5296 2 dezembro 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 19 janeiro de 2019.

_____ Ministério da Educação (2010). Qualidade dos cursos de mestrado e doutorado evolui entre 2007 e 2010. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=15689&62>> Acesso em: 16 de abril 2019.

____ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial- MEC/SEEP, 2001.

____ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

____ Presidência da República. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 16 de abril 2019.

Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à saúde (CID-10) (OMS,2003).

DINIZ. Débora. O que é deficiência? São Paulo: Brasiliense, 2007.

Diretrizes Curriculares da educação inclusiva no Estado da Bahia. Disponível em: &60;<http://semanapedagogica.educacao.ba.gov.br/wpcontent/uploads/2019/01/Diretrizes-da-Educacao-Inclusiva-no-Estado-da-Bahia.pdf>&62;. Acesso em: 16 de abril 2019.

FERREIRA, Norma Sandra Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". Educação & Sociedade, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FERREIRA. Windyz. 20 ANOS DEPOIS DE SALAMANCA... ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS? IN. Poiesis Pedagógica, Catalão - GO, v.13, n.1, p. 87-106, jan./jun. 2015 Disponível em<35977-Texto do artigo-150744-1-10-20150602.pdf> Acesso em: 13 de jun. de 2021

GUIMARÃES, Fernanda Jorge. Validação de tecnologia assistiva sobre substâncias psicoativas para pessoas com deficiência visual. Orientação: Profa. Dra. Lorita Marlena Freitag Pagliuca. 2014. 113 f.: il. Tese (Doutorado) – Curso de Enfermagem. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Departamento de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Doutorado em Enfermagem, Fortaleza, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/9568>> Acesso em 15 de março de 2021

IBGE. Censo Demográfico 2010, características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. ISSN 0104-3145 Censo demogr., Rio de Janeiro, p.1-215, 2010 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 25 de jan. 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamassó. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katalysis, v. 10, p. 35-45, 2007

MARIANO, Monaliza Ribeiro. Validação de jogo educativo tátil para deficientes visuais sobre drogas psicoativas. Orientação: Profa. Dra. Lorita Marlena Freitag Pagliuca 2014,113f.: il. Tese (Doutorado) – Curso de Enfermagem. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Fortaleza, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/15633>> Acesso em 15 de março de 2021.